

MATERNIDADE E O PROCESSO DE ENTREGA PARA ADOÇÃO: REFLEXÕES ENTRE O BIOPODER E A PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Data de aceite: 02/05/2024

Camila Vaz Abeche

Doutoranda em Psicologia da Saúde pela UMESP, Docente na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e na Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU)

Clarissa de Franco

Professora titular dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde e em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, com ênfase nos estudos que envolvem uma interface entre Psicologia, Espiritualidade, Esoterismo e Saúde; Religião, Gênero e Direitos Humanos; Psicologia Junguiana e Gênero, Decolonialidade e Religião; Psicologia, Morte e Religião, entre outros temas, na articulação entre saberes científicos e não científicos, sejam eles de ordem esotérica, ou saberes vindos de lutas sociais. Psicóloga, doutora em Psicologia pela UCES (Argentina), mestra e doutora em Ciência da Religião pela PUCSP

Blanches de Paula

Graduação em Teologia (1994) e Psicologia (1996) pela Universidade Metodista de São Paulo (1994), licenciatura e em Filosofia - Claretiano Centro Universitário (2021), mestrado (1997) e doutorado (2009) em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Especialização em Logoterapia com ênfase em educação pela Sociedade Brasileira de Logoterapia

(2014). Pós-doutorado em Teologia pela Candler School of Theology (Emory Atlanta, EUA 2016)

RESUMO: O objetivo do trabalho é realizar uma reflexão crítica sobre como o ESTADO e sociedade, especialmente em países com trajetória colonial entendem o processo de mães que entregam o filho para a adoção, a partir da leitura teórico-crítica entre o conceito de Biopoder de Foucault e a Psicologia da Libertação de Martin-Baró. A sociedade Latino-Americana apresenta uma trajetória cultural e social que, ainda no século XXI julga e condena mulheres, quando estas não se encontram dentro dos padrões esperados socialmente, como mulher casta, virtuosa e mãe absolutamente dedicada, visto que a cultura latina apresenta traços importantes da cultura colonialista cristã, atravessadas por julgamentos de caráter perverso quando a mulher “abre mão” de sua maternidade, por meio da entrega ao filho à adoção, com uma interpretação cruel sobre o não lugar desta mulher na sociedade. O método adotado foi delineamento qualitativo com estudos voltados para a psicologia social, especialmente a Psicologia da Libertação

de Ignacio Martin-Baró, assim como o controle sob os corpos femininos e sua relação com o Biopoder de Foucault. Esta pesquisa revelou que ainda é necessária muita luta e revolução para que mulheres tenham direito aos seus corpos e desejos, sendo importante pensar na construção de trabalhos comunitários que conscientize- as política, econômica e educacionalmente, com uma teoria e práxis que se utilize tanto da Psicologia da Libertação, como da Pedagogia e Teologia da Libertação, visto que as Igrejas ainda se utilizam de castração de corpos pela fé cega e ideologias de pecado, que são atravessadas por profissionais da Saúde e pelo ESTADO, impossibilitando mulheres de serem livres em seus desejos e corpos.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade. Entrega à adoção. Psicologia da Libertação. Biopoder.

ABSTRACT: The objective of the work is to carry out a critical reflection on how the STATE and society, especially in countries with a colonial trajectory, understand the process of mothers who give their children up for adoption, based on the theoretical-critical reading between Foucault's concept of Biopower and the Psychology of Liberation by Martin-Baró. Latin American society presents a cultural and social trajectory that, even in the 21st century, judges and condemns women, when they do not meet the socially expected standards, as a chaste, virtuous woman and an absolutely dedicated mother, since Latin culture presents traits important aspects of Christian colonialist culture, permeated by perverse judgments when a woman "gives up" her motherhood, by giving her child up for adoption, with a cruel interpretation of this woman's non-place in society. The method adopted was a qualitative design with studies focused on social psychology, especially Ignacio Martin-Baró's Liberation Psychology, as well as the control over female bodies and its relationship with Foucault's Biopower. This research revealed that a lot of struggle and revolution is still needed for women to have the right to their bodies and desires, and it is important to think about the construction of community work that raises awareness politically, economically and educationally, with a theory and praxis that uses both Liberation Psychology, as well as Pedagogy and Liberation Theology, since Churches still use body castration through blind faith and ideologies of sin, which are crossed by Health professionals and the STATE, making it impossible for women to be free in their desires and bodies.

KEYWORDS: Maternity. Surrender to adoption. Liberation Psychology. Biopower

INTRODUÇÃO

A resistência que muitas mulheres precisam ter e desenvolver para sobreviver, ainda se mostra presente nos dias atuais, assim como nos períodos medievais em que eram julgadas sendo vistas como feiticeiras e bruxas, não apenas pela questão da moralidade, mas por que estas apresentavam conhecimentos sobre ervas medicinais que as ajudavam tanto nos períodos do parto, como diante da necessidade do aborto (FEDERICI, 2017, p. 45- 292), sendo muitas queimadas pela Inquisição da Igreja, como a famosa história de Olympe de Gouges, que a marcou como uma das feministas da primeira onda do movimento (BEBIANO; RAMALHO, 2010).

Esta marca de perseguição, assim como de reivindicações às mulheres continuou, como em períodos mais atuais atrelados às questões feministas com demandas sociais e políticas que tem atraído, especialmente, a atenção de artistas contemporâneos, como Patrícia Rehder Galvão, também conhecida por PAGU, que participou da luta feminista se afiliando ao partido Comunista da década de trinta; mas esta não é uma queixa pertencente somente do mundo feminino, mas de todos, como o cantor Chico Buarque, que por meio de suas canções, aborda temas que criticam a postura patriarcal e de autoritarismo, reivindicando uma sociedade democrática por meio de participação em movimentos sociais como “proibido proibir” no final da década de sessenta contra a ditadura, com músicas que ainda são considerada referências de um “grito” por democracia, sendo “roda viva” (BUARQUE, 1967). *“A gente quer ter voz ativa No nosso destino mandar, Mas eis que chega a roda-viva, E carrega o destino pra lá”*.

Todos estes são temas que se apresentam na “boca do povo” de forma livre, porém estas não são discussões somente da atualidade, mas traz no percurso histórico julgamentos e críticas com tons moralistas que a sociedade ainda compactua. Alguns julgamentos foram tão perversos que muitas mulheres por desejarem ter poder de fala tiveram seus corpos queimados pela inquisição, como a história de Joana D’arc que viveu na época medieval. (LERNER, 2022).

A história de Joana D’arc é uma referência sobre o retrato de uma mulher que em alguns momentos se apresenta como santa, em outros como guerreira, sendo necessário uma reflexão de que ainda se perpetuam imagens subliminares do que se deseja passar sobre o lugar da mulher na sociedade, tanto às meninas como para mulheres (RIBEIRO, 2019). Assim como Silva (2014) que lança luz para a questão da representação social que é construída de forma enviesada nos livros didáticos, em que não vislumbra a participação das mulheres na construção da história, como se estas fossem sujeitas apáticas, sem pensamentos e ideias, aceitando pacificamente a história que lhes é contada.

Nossos livros didáticos falam ainda muito pouco da participação das mulheres nos processos históricos, tendem a generalizar o seu papel como agentes sociais, reforçando-se papéis de gênero tradicionais, relegando a sua aparição às caixas de destaque, tal qual curiosidade fossem. Na tessitura do texto principal, elas pouco aparecem e, se estão lá, aparecem destacadas, como algo citado excepcionalmente, ou seja, a função é a mesma da caixa de texto. (SILVA, 2014, p. 264-265)

Isto mostra como ainda se faz presente uma mudança na sociedade contemporânea para que possamos encontrar uma saída mais saudável, que não se repita a lógica patriarcal, como se as mulheres estivessem sempre no lugar de “fantoques”, sem desejos e pensamentos, perpetuando a retórica de que estes corpos não lhes pertencem, mas sim à sociedade; que é comandada por homens, ou seja, “nossos corpos” pertencem aos homens, que são as figuras de autoridade na história colonialista patriarcal.

A temática do corpo deverá estar atrelada a pauta do feminino e feminismo, pois não é possível pensar em emancipação social e política, sem considerar o corpo, que é também um espaço de luta política. Como aborda Foucault nos conceitos de Biopoder (2010) em que refere que o poder é algo que transita em rede, em corpos que são submetidos à obediência de profissionais como médicos, policiais, assim como a família; utilizando-se de técnicas de exclusão a tudo e todos que fogem a regra do que é o “normal” (FOUCAULT, 2010, p. 26-28).

Assim, pode-se pensar que a mulher, àquela mesma mulher que também transita na figura materna, encontra-se a todo momento vigiada pela sociedade que julga e condena tudo o que se encontra fora dos padrões e valores patriarcais que são esperados e valorizados.

Como será possível uma mulher desenvolver uma maternidade “saudável”, visto que é a todo momento somos julgadas e excluídas socialmente por não corresponder à figura materna que é um valor perpetuado pela Igreja, como a “grande mãe”, a que tudo abdica em prol de seu filho, a que ama incondicionalmente sua prole, críticas expostas nas literaturas de Beauvoir (1970), assim como Badinter (1985), sendo que ambas censuram veementemente o conceito de determinismo biológico na relação com a maternidade.

Há que se pensar que estas mulheres se encontram a todo momento controladas pela ESTADO- Igreja, que usa de poder para ditar as regras de boa conduta. (DEL PRIORE, 2020, p. 96-97), sendo muitas vezes enviesado pela lógica do pecado.

Pensar uma sociedade que controla e vigia corpos, pensamentos e valores de mulheres, assim como outros grupos minoritários como, povos negros, quilombolas, carcerárias, indígenas, entre outros, há que se compreender que é uma sociedade que não possibilita reflexões autônomas e libertadoras, mas uma sociedade que pune e controla para que se mantenha a lógica dominante, sem considerar as questões democráticas, como o direito ao corpo e o Estado Laico, visto que os aspectos morais e religiosos não devem interferir na temática de ser mãe ou não, conforme Velleda, Oliveira e Casarin (2022, p. 3).

Para que uma sociedade seja livre é necessário um processo libertário, que possibilite uma ação de reflexão que promova um Governo que governe em prol e para o povo, possibilitando que uma maioria que é oprimida consiga sua libertação social e não continue sobrevivendo “às custas” de uma sociedade patriarcal e dominante, controlando sujeitos (MARTIN-BARÓ, 2017).

Será que desejar com uma sociedade livre, com um povo que possa viver de forma humana e democrática é utopia?

Martin-Baró, que foi um psicólogo da Teoria da Psicologia da Libertação desenvolveu, a partir de uma nova referência teórica e a partir da realidade Latino-Americana, o preceito de que um psicólogo não deve atuar de forma neutra, mas sim, a partir de um viés que coloque este profissional a serviço das necessidades sociais, desmascarando as ideologias dominantes que controlam sujeitos, sem oferecer condições destes de pensar criticamente,

mas de apenas aceitar, corroborando a lógica fatalista que mantem os grupos dominantes no espaço de poder. (MARTIN-BARÓ, 2017, p. 51). Com isto, pode-se dizer que pensar a partir da Psicologia da Libertação não é utopia, mas uma possibilidade quando profissionais da saúde conseguem sair de seu lugar de poder, e ficar junto aos oprimidos.

Pode-se compreender que a sociedade, a partir da lógica fatalista, não facilita a vida dos oprimidos, como mulheres que “fogem” das regras patriarcais e colonialistas não aceitando a submissão, independente do julgamento. Em muitos momentos, estas mulheres foram consideradas “bruxas”, conforme Federici (2017, p. 297) “Foi a Constitutio Criminalis Carolina — o Código Legal Imperial promulgado pelo rei católico Carlos v em 1532 — que estabeleceu que a bruxaria seria penalizada com a morte.”

Nós diremos que foram revolucionárias. No Brasil tiveram a história de várias mulheres que lutaram em prol dos menos favorecidos, como Chiquinha Gonzaga que vendeu muitas de suas composições a favor da abolição dos escravos (DEL PRIORE, 2020, p. 91).

Para uma verdadeira libertação dos povos oprimidos, é necessário um processo maior de conscientização destes povos sob o controle em que vivem, que atua em nome do ESTADO, vigiando corpos e vidas, independente da vontade do sujeito, punindo e julgando corpos como de mulheres que são pacíficas nomeados por Foucault como corpos “doceis”, ou seja, “o corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2008, p. 118), como àquelas que abdicam de sua maternagem dando seus filhos para adoção, e com isto condenadas pela sociedade como mulheres “sem alma” (SIQUEIRA et al., 2015), sem a sociedade considerar questões como a pobreza. Seriam estas mulheres não doceis por serem subversivas?

É importante refletir nas correlações possíveis (ou não) do desempenho da maternagem a partir de um ambiente controladores, junto à um ESTADO- Sociedade controla e atua disciplinando a todo momento mulheres que se encontram muitas vezes marginalizadas pela pobreza e monoparentalidade (ARAUJO; CASACA, 2021), e desta forma, julgadas como fora do padrão do que é ser mãe. Este mesmo ESTADO que não oferece a proteção desta população vulnerável.

Esta é uma reflexão que nos remete como base alguns autores da psicologia social, especialmente Martin-Baró, como também outros autores da área social como Foucault, visto a importância de existir um diálogo entre estes autores da psicologia Social, pois é urgente um trabalho sobre o processo de acolhimento para mulheres em vulnerabilidade social, que decidem espontaneamente abdicar da maternidade, e desta forma uma sociedade que reconstrua ações libertadoras para grupos minoritários como as mulheres, conseguindo com isto romper com a lógica opressora e de criminalização de mulheres.

Com isto o objetivo deste estudo é realizar uma reflexão sobre a maternidade a partir de dois aspectos teóricos de diferentes abordagens, como o conceito desenvolvido por Foucault de Biopoder e Psicologia da Libertação de Martin-Baró sob a situação de mulheres que entregam seus filhos para adoção, ou seja, mulheres que “abrem mão” de sua maternagem.

A maternidade e a lógica colonial

A relação entre mães e seus bebês têm sido tema recorrente em várias áreas, desde saúde, sociologia, psicologia social, psicanálise, dentre muitas outras. Muitos autores, como Beauvoir, Badinter, Del Priore, entre tantas outras tem trazido discussões e críticas relevantes que nos permitem refletir sobre o lugar da mulher na sociedade, juntamente à trajetória destas que viveram e continuam vivendo em países com histórico Colonialista patriarcal, como o Brasil e outros países da América Latina que ainda apresentam uma subserviência à opressão e controle dos países colonizadores, por isto a importância de um processo de libertação, não apenas de valores, mas uma liberdade ampla, que torne o sujeito livre em sua concepção mais integrada possível.

(...) como um processo se liberta de sua própria origem, e adquire status de um horizonte a partir do qual se pode visualizar realidades novas em outros campos diversos daqueles da política e da sociologia, como na concepção da própria história, nas demais ciências humanas, na interpretação do fenômeno da secularização e na própria teologia. (BOFF, 1980, p. 18)

Esta libertação se faz necessária de forma ideológica, especialmente em países com história de colonização e escravidão, como Brasil que desde o processo de escravidão dos povos negros, ainda traz as marcas destas páginas da história, como discute Fanon em “Os Condenados da Terra” (1968, p. 18) em que o povo negro é visto pelo colonizador como objeto, como não sujeito em que pode ser usado, vendido, agredido, pois como não sujeito não sofre, fato que muitos ainda tentam apagar, assim como fragilidades sociais que continuam vivendo os povos de origem negra.

De forma ainda mais hostil é a situação das mulheres negras e pobres, que além das marcas da escravidão, ainda precisam fugir do processo do patriarcado, que as colocam em lugares subalternos e de uso de seus corpos por homens que estão no espaço do poder (DAVIS, 2016), especialmente homens brancos, sendo que muitas tornam-se vítimas sem “voz” das situações de violência sexual e o casamento forçado (BEAUVOIR, 1970, p. 74-75).

Com isto, o patriarcado continua afetando a vida de muitas mulheres que trazem em sua trajetória uma “lista” interminável de abusos e violências que são perpetuadas por várias gerações, pois muitas ainda são obrigadas a provarem sua honra e oferecer a procriação de filhos aos maridos, que anseiam pela “boa tradição”. Muitos homens-maridos que, criados a partir da lógica patriarcal, entendem que podem ter muitas mulheres e amantes, esta é a história que é relatada por Buchi Emecheta, (2018), em seu livro em que relata as violências em que vivenciou no seu país de origem, a Nigéria, e como conseguiu romper o ciclo do colonialismo e estudar (EMECHETA, 2019, p. 51).

Desta forma tem-se observado que muitas mulheres-mães apresentam de maneira significativa fragilidades sociais, que são acentuadas pelo julgamento social, muitas vezes de caráter perverso (FERREIRA, 2022), juntamente à sobrecarga de funções maternas,

com piora significativa devido vulnerabilidades sociais. Ser uma mulher emocionalmente saudável não tem sido uma tarefa simples, assim como não tem sido um processo tranquilo possibilitar um desenvolvimento saudável para os filhos, que além de precisarem de suporte materno, também precisam de cuidados básicas como alimentação e educação.

Para muitas mulheres que não tem uma rede de apoio fortalecida, visto que muitas são mães solas, e consequentemente vivenciam a maternidade em situação de vulnerabilidade, atrelado à um processo perverso da sociedade, que está a todos momentos julgando e condenando, há que se refletir se é possível estas mulheres conseguirem se encontrar de forma verdadeira com seu processo de libertação, quando a própria sociedade ainda não conseguiu sua própria libertação, estando “refém” dos resquícios do colonialismo.

Assim, faz-se necessário uma desconstrução de padrões sociais, pois entende-se que é importante que possamos romper com os conceitos coloniais, pois a sociedade (e não apenas as mulheres) pode e deve cortar suas raízes com a lógica patriarcal colonialista, ou seja, a construção de feminismo que seja decolonial conforme a perspectiva de Hollanda (2020), com a constituição de uma nova lógica que considere não apenas mulheres, mas mulheres em suas interseccionalidades; ou seja, que entenda que mulheres somos todas, negras, indígenas, quilombolas, pobres, com e sem deficiência, com e sem escolaridade, jovens e velhas, pois não é possível pensar em uma universalidade, posto que cada sujeito tem sua subjetividade com suas diferenças, critica que Crenshaw (2002) faz com relação à Declaração do Direitos Universais, visto que é importante fazer a reflexão sobre qual Universal estamos falando; para quem e sobre quem se está falando (CRENSHAW, 2020, p. 172)

Esta perspectiva do Universalismo deve ser repensado, pois o movimento feminista durante muito tempo, especialmente na época das sufragistas era compreendido como uma luta para todas, mas ocultava um vínculo com a própria lógica Imperial- Colonialista, não dando “voz” às demandas e representatividade de todas as diversidades do espaço feminino, mas ainda muito focada nas perspectivas e necessidades da mulher a partir da ideologia eurocêntrica, como refere Miñoso (2020, p. 101), corroborada pela Hollanda (2020, p. 26) “A criação de um sentimento coletivo poderia ser o cerne das propostas das feministas, abrangendo assim todas as raças e classes.”

A ideologia eurocêntrica- patriarcal ainda se mostra ainda presente em nossa sociedade contemporânea, como em momentos que mulheres pobres, negras e periféricas não conseguem visibilizar um cuidado assertivo e cuidadoso aos filhos quando não desejam a maternidade, quando são violentadas sexualmente e obrigadas a manter uma gestação, pois sentem-se culpadas e amedrontadas com os julgamentos e exclusão social (DAVIS, 2016), visto que a maternidade ainda é uma construção bastante enraizada no pensamento coletivo de nossa sociedade que relaciona maternidade com moralidade, muitas vezes sendo criminalizada pelo não desejo à maternidade conforme mostrou a pesquisa da autora.

A criminalização do aborto, que tem como escopo proteger a vida do nascituro, é uma verdadeira falácia, uma hipocrisia institucional, uma vez que atua como imperativo constitucional, quando a vida extrauterina do feto é determinada pela coerção do Estado, que sob dogmas religiosos e morais da sociedade, obriga mulheres que não querem ser mães ou não estão preparadas para isso, a tê-las. (SILVA; GUIMARÃES, 2021, p. 07)

Estes conceitos históricos patriarcais continuam se repetindo em nossa sociedade contemporânea, associando a mulher forte e saudável com uma estrutura biológica saudável, que consegue dar uma boa prole ao seu marido, o que nos ditos populares são conhecidas como “boas parideiras” (DEL PRIORE, 2004, p.83).

Para isto é fundamental uma sociedade que não controle nossos corpos, que não julgue; no entanto, se todas as mulheres nascem predestinadas à Maternidade a ao amor incondicional à prole (BADINTER, 1985), não seria necessário uma sociedade mais democrática, pois este maternar é condicionante ao ser biologicamente mulher, crítica corroborada por Beauvoir (1970, p. 79) “Não seria possível obrigar diretamente uma mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la dentro de situações em que a maternidade é a única saída; a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento, proibem as medidas anticoncepcionais, o aborto e o divórcio.” Esta romantização das funções da mulher atreladas a maternidade ainda são valores perpetuados nos espaços contemporâneos, conforme Baluta e Moreira (2019, p.02)

Esta completude projetada nas mulheres brancas que se tornavam mães evidencia uma das raízes do processo histórico de países, especialmente com tradições colonialistas, que remontam a época da escravidão, no qual a Igreja colocava a mulher branca como àquela que iria formar a família tradicional, por meio da maternidade, ficando a mulher negra o lugar da sexualidade e pecado (DAVIS, 2016, p. 25-26) corroborada por SILVA e CARVALHO (2021, p. 638)

Adestrar a mulher fazia parte do processo civilizatório e no Brasil este adestramento fez-se a serviço do processo de colonização. O projeto colonial atravessou todos os campos, inclusive a maternidade, chegando ao ponto de construir um modelo ideal a ser almejado, o de santa mãezinha. Porém, essa santa mãezinha se construiu tendo como apoio o serviço das mães pretas, que abnegaram de seu direito à maternidade para alimentarem os filhos dos senhores.

O lugar da mulher virtuosa no processo histórico colonial era sinônimo da mulher branca, elencando a estas o lugar na família tradicional, visto que a mulher branca não deveria exercer de forma livre a sexualidade. “Com o desejo e as sensações pretensamente domados, vinha afinal o casamento, que podia ser com um homem bem mais velho, de trinta, sessenta e até setenta anos. Agora seu senhor passava a ser o marido. O casal, porém, continuava a sofrer interferência da Igreja mesmo no leito conjugal. Nada de excesso, nada de erotismo (...)” (ARAUJO, 2004, p. 42)

Os prazeres da carne era uma função exclusiva das mulheres negras escravas, que estavam sob o poder de seus senhores, sendo que a maioria viam seus filhos serem vendidos. Nenhuma mulher tinha direito, e mulher negra não era nem sujeito, crítica observada nos discursos de Sojourner Truth de 1851. (TRUTH, 2020).

Com isto, a igreja, juntamente à sociedade patriarcal, que ditavam os valores da moral e “bons costumes”, comparavam mulheres brancas à maternidade e voltadas aos cuidados da família burguesa, consequentemente vinculadas à figura de Santas, e no outro extremo, mulheres pecadoras, como um mal necessário, pois assim, os homens poderiam desfrutar seus prazeres (DEL PRIORE, 2020).

Estes são preceitos que ainda continuam sendo propagados nas sociedades com histórico colonial, o que corrobora à um padrão de conduta esperado para mulheres e homens. Às mulheres são colocadas o lugar da casa e do lar, com o cuidado dos filhos, sendo a maternidade uma função que é atribuída como natural ao sexo biológico feminino, e, portanto, inquestionável (SAFFIOTI, 1987, p. 08-09).

Esta é uma perspectiva que é fortemente corroborada por Del Priore (2020, p. 100) quando refere que às mulheres brancas atreladas à amamentação como um dever relativo à moral cristã, valor este imposto pelos médicos e a igreja. Aqui, pode-se observar o controle sob os corpos femininos, assim como os comportamentos dentro do espaço íntimo e doméstico.

ABDICANDO DA MATERNIDADE E A PSICOLOGIA SOCIAL

Muitas mulheres por vivenciarem a situação de pobreza, com situações que vão além da vulnerabilidade social, como as violências sociais e familiares, não conseguem muitas vezes oferecer um cuidado adequado e assertivo aos seus filhos, sendo que, em alguns casos as próprias mulheres decidem dar seus filhos para a adoção, sendo necessário em muitos casos o processo da institucionalização destes bebês em SAICAS (Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes) que são serviços de alta complexidade do SUAS (Sistema Único da Assistência Social), que são conhecidos pela população como os abrigos (CLETO et al., 2019). A institucionalização para muitos desses bebês deverá promover a proteção por período indeterminado, sendo que a mulheres- mães, em muitos casos, acabam por serem julgadas como pessoas de má índole e perversas, por não se sentirem aptas à maternidade.

Nesse sentido, é importante que estas mulheres possam ser acolhidas emocionalmente, tanto pela sociedade, o Estado, como também por profissionais de saúde, que mesmo com formação técnica-teórica e preceitos éticos de cuidado ainda julgam como formas de abandono, realizando diagnósticos psiquiátricos e/ou uso de drogas, sem considerar a questão de não ter o desejo da maternidade, visto que para muitas o maternar é algo natural da função feminina (MARTINS et al., 2015).

É importante ressaltar que estas mulheres, em sua maioria, não apresentam nenhuma rede de suporte emocional e social, sendo que muitas já vivem situações de pobreza e marginalidade, necessitando de cuidados e apoio (LEÃO et al., 20140), a partir do olhar de profissionais de saúde e da assistência social, para que este momento em que seus filhos estejam colocados em adoção, possa ser um momento de reaprendizado para o afeto (tanto das mulheres como para profissionais de saúde), e não de julgamentos morais e castigos, visto que a maternidade não deve ser imposta socialmente e biologicamente. (FARAJ et al., 2016)

Nota-se que há uma fragilidade social e familiar que é observada nestas mulheres, uma dificuldade no processo da autonomia e conseqüentemente uma relação conflituosa entre estas com suas famílias e conseqüentemente com seus bebês, que são fatores de sofrimento psíquico, da mesma forma que há um prejuízo destas mulheres exercerem sua cidadania, resultado de um olhar para esta sociedade que esta danificada. (IOTTI, 2020)

Observa-se que estas mulheres pobres, negras, periféricas, assim como seus filhos, se tornaram vítimas de um sistema social opressor, que os excluem. Para tanto é importante que este acolhimento seja um processo libertador, sem julgamentos, mas que possa ser construído em conjunto com estas mulheres por meio de relações de afeto e segurança, e conseqüentemente, que este cuidado transforme mulheres sofridas e inseguras, em cidadãs mais seguras de si e empoderadas emocionalmente.

Porém, como ser empoderadas se lhes faltam informações e estudos? Esta é uma temática fortemente discutida por Gonzales (1984) quando critica um sistema que apaga as memórias de povos negros e periféricos.

O vínculo com pautas de movimentos feministas é uma temática que tem sido aniquilada em países com governos autoritários que estimulam a exclusão aos povos minoritários e a misoginia, visto que, alguns movimentos de mulheres observaram nestes últimos anos de governo autoritário brasileiro dificuldades de diálogos, o que inviabiliza os direitos e políticas para cuidados da população feminina. (PEREZ; MOREIRA; MOURA, 2021)

E assim, mulheres que vivenciam de forma forçada a maternidade, além de serem excluídas socialmente, apresentam falta de condições mínimas de cuidado aos filhos, com o sentimento de culpa por não serem uma mãe “perfeita” e adequada pelo olhar da sociedade/ESTADO, e conseqüentemente necessitando de ajuda do Governo, por meio de benefícios sociais para a sobrevivência da família, com a substituição de cuidado dos filhos à outras mulheres e pouco vínculo afetivo aos filhos devido a necessidade do trabalho. (COSTA, 2002, p. 303-304)

Determinados grupos de mulheres ainda precisam enfrentar o processo de vulnerabilidade social, que vem atrelado de múltiplas vivências de desalento, pobreza, falta de recursos, desemprego e a violência social, como mostrou o estudo de Brugué, Font e Carmona (2003, p. 12), evidenciando que este processo segregatório não tem

um fator único prevalente, mas uma multiplicidade de questões envolvidas como a monoparentalidade, fracasso escolar, a desproteção social, que são enviesados pela questão racial (FERREIRA; NUNES, 2020)

É necessário que se construam espaços de novas possibilidades de fortalecimento das relações institucionais entre mulheres que abdicam da maternidade em situações de vulnerabilidade social e profissionais de saúde; como um projeto em que todas se sintam “donos de sua história”, encorajados no sentido de uma comunidade em que se sintam amparados pelo cuidado que é engajado por uma Política Pública Social que fuja do estigma de julgamento e olhar opressor, que estigmatiza estas mulheres como “monstros” conforme mostrou Stucch (2017), corroborado pelo estudo de Almeida e Barros (2017, p. 160)

A violência praticada pelo Estado tem, portanto, raízes históricas de séculos de opressão, marginalização e miséria a que é submetida não só as mulheres, mas toda a população negra e pobre no Brasil, a qual compõe a maioria dos usuários dos serviços públicos de saúde mental, condição que fica invisibilizada não só pelo uso de drogas, mas por um diagnóstico psiquiátrico

É de suma importância um olhar além das opressões compreendendo a força que rege esta máquina de aprisionamento, e conseqüentemente transformar em um lugar de possibilidades de novas referências afetivas, construção de cidadania e empoderamento, como um local de novas possibilidades, e não lugar de destino do fracasso.

Para além das opressões que criminalizam, precisa-se entender o contexto em que vivem estas mulheres/mães violentadas socialmente pela exclusão social, vivendo a função materna, em que estão constantemente oprimidas, conforme mostrou o estudo de Costa e Mendes (2020, p. 11) “um projeto ético político voltado para as maiorias populares brasileiras exploradas e oprimidas, orientando-se pela sua libertação. Mesmo que seja tímido e limitado frente ao tamanho do desafio que temos enquanto sociedade, de forma alguma é insignificante.”

Mulheres que vivem a violência institucionalizada por profissionais de saúde, que acreditam que o lugar de poder confirma e pactua entre sociedade e profissionais a possibilidade de uma violência que é legitimada (FOUCAULT, 2008; DEL PRIORE, 2020, p. 98-99), que é aceita historicamente pelo oprimido, a partir da lógica patriarcal, que entende e assimila o processo de alienação- conceito este desenvolvido por Martin-Baró (2017, p. 24) que denominou fatalismo; que impossibilita este sujeito de pensar de forma crítica e cultural sobre suas exclusões sociais, e conseqüentemente sair do lugar de oprimido, ou seja, um povo que aceita seu processo de alienação como natural, e com isto, mantem-se as lógicas dos grupos dominantes.

O que deveria ser um momento de acolhimento afetivo para esta mulher se sentir fortalecida como cidadã, repete um movimento social construído historicamente que entende a pobreza como fator predestinado ao fracasso, muitas vezes enviesado pela ótica Cristã “Deus quis assim”, tirando destas mulheres a possibilidade de construção de

ser cidadã de seus direitos a partir de uma espaços Libertadores. (Martin-Baró, 2017). Esta é uma perspectiva também reforçada por Boff (1994, p. 28) quando refere que a fé deve ser um processo que não vise apenas livrar-se dos pecados, mas uma consciência histórico-política.

A fé cristã visa diretamente a libertação derradeira e a liberdade dos filhos de Deus no Reino, mas inclui também as libertações históricas como forma de antecipação e concretização da libertação última, só possível no termo da história em Deus.

A teoria desenvolvida por Martin-Baró (2017) em “*Crítica e Libertação na Psicologia: Estudos Psicossociais*”, baseada na construção da culpa pela pobreza do excluído, trouxe alguns conceitos fundamentais para esta noção de que o indivíduo é culturalmente “moldado” por um discurso rígido que o impossibilita a sair de seu estado de exclusão social, muitas vezes justificada pelos próprios profissionais que deveriam potencializar estes indivíduos, conforme mostrou o estudo de Junior e Ximenes (2016, p.82).

Desde modo, de acordo com a Constituição de 1988, o artigo 6º prevê “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015)” (BRASIL, 1988, p.), que nos mostra a importância do cuidado do ESTADO à toda a população, especialmente aos cuidados da proteção à maternidade e infância que quando em situação de pobreza, sofrem situações de violência, muitas vezes normalizadas pela sociedade. Corroborando esta prerrogativa, o próprio sistema judiciário se vê no direito de criminalizar mulheres que se encontram no lugar da pobreza, por meio de ações racistas que se encontram submersas no sistema judiciário e pelo próprio ESTADO, na forma de ações que são consideradas pela sociedade como formas de “proteção” (NASCIMENTO, 2012), que corroboram os estudos de (NASCIMENTO; CUNHA; VICENTE, 2008, p. 05)

(...) a família pobre e seus hábitos de vida seriam condenáveis, genética e moralmente. Nesse momento, começava a mutação da infância em perigo para a infância perigosa, ou seja, a associação entre a pobreza e a periculosidade, que tanto demandou a criação, a ampliação e a mutação dos dispositivos de controle estatal visando à ordenação, à homogeneização e à moralização dos pobres.

Há dados que mostram que muitas mulheres por estarem em situações de pobreza são constantemente julgadas, não só pela sociedade, mas pelas próprias equipes de saúde e assistência social, com discursos moralizantes, que “colocam” estas mulheres no lugar de perversidade por não se sentirem aptas à maternidade (SIQUEIRA et al., 2015)

Mas para que ocorra uma mudança de paradigmas sobre questões sociais como pobreza, violência social, há que se refletir sobre a existência de uma máquina maior que é o próprio ESTADO, que subjuga a sociedade em opressores e oprimidos. Esta “máquina” que opera as condições sociais em que os sujeitos são “colocados” não é algo contemporâneo,

mas de uma cultura colonialista que nega ao outro o lugar de sujeito, com isto, há uma “patologia mental que se faz pela opressão” (FANON, 1968, p. 212)

Corroborando esta perspectiva, Martin-Baró traz em seus textos (2017, p. 29-30) a importância de um trabalho de cunho sociopolítico, que seja voltada para as demandas e necessidades de um povo marginalizado, que consiga romper com a lógica do oprimido, acredita que seu lugar de oprimido faz parte de uma construção maior, que muitas vezes é ligada ao Destino- Divino, o que ele denominou de fatalismo. (p. 31).

A partir destas reflexões, entende-se que as mulheres mais vulneráveis continuam “aceitando” o julgamento social, de equipes de saúde e do próprio ESTADO de que são cruéis, perversas, e conseqüentemente mantem a crença que o destino de suas vidas quis assim, perspectiva que é trabalhada tanto pela Psicologia da Libertação (Martin-Baró, 2017), quanto pela Teologia da Libertação (Boff, 1980). Conforme Boff (1980, p. 17) a libertação dos povos exige romper as relações de dependência, uma ruptura que muitas vezes se faz com o conflito, pois necessita mudar as estruturas básicas da sociedade colonialista e imperialista, tarefa que não é fácil

Com todo este processo de julgamento e exclusões sociais que estas mulheres estão suscetíveis a vivenciar nestes momentos de abdicar de sua função materna, é possível pensar nas vulnerabilidades psíquicas que podem ser desencadeadas a partir deste processo, não pensando apenas na perspectiva individual do adoecimento, mas das relações sociais, conforme mostra Martin-Baró (1990) citado por Moreira e Guzzo (2015, p. 575)

Tendo em vista este adoecimento das relações sociais que são ainda atravessadas por julgamentos, preconceitos e ideologias patriarcais, há necessidade de repensarmos também o cuidado humanizado, que deve ser atrelado por um viés de libertação, entendendo que os sujeitos podem reconstruir suas histórias conforme mostrou Nepomuceno et al., (2008, p. 460)

A libertação, portanto, visa a construção de um novo mundo possível e necessário, uma sociedade onde a participação social ativa construa novos sujeitos, novas relações do homem com o homem e do homem com a Natureza. No horizonte da libertação, está a justiça social, a solidariedade e o compromisso com a vida.

Todo este processo histórico de opressão às mulheres, assim como, sociedades que foram durante séculos colonizadas e violentadas, permite repensar a necessidade de uma nova psicologia, a psicologia da Libertação, que possa desenvolver estratégias que tenham como objetivo a denúncia deste senso-comum que foi construído, nos fazendo acreditar na falácia de que há uma democracia que é digna, mas que inviabiliza as violências em nome de Deus (MARTIN-BARÓ, 2008, p. 53).

As violências em nome de um Deus e uma Igreja máxima com poderes totais que ditavam as regras sociais, colocou durante séculos as mulheres no lugar de objeto,

ou seja, de não sujeito, ou em muitos casos, demonizando estas que de alguma forma apresentava lideranças comunitárias e sociais, não aceitando opressões sociais. Toda esta demonização que atravessava muitas mulheres, especialmente as pobres, viúvas e velhas, pode-se dizer que caracterizava uma forma de misoginia, sendo assim, enforcadas e queimadas (FEDERICI, 2017 p. 292)

O processo de ódio e preconceito às mulheres, ou seja, a misoginia que acompanha e segue a vida de muitas mulheres continua sendo perpetuada, ainda nos dias atuais, por familiares, profissionais de saúde, a segurança pública, e conseqüentemente toda a sociedade, quando encontra em governos fascistas a “voz” que representa suas ideologias de grupos dominantes, e pensando especialmente nas mulheres, são colocadas novamente como figuras docilizadas da família tradicional, a grande mãe cuidadosa e afetiva, conforme mostra Vazquez (2019, p.601).

Assim é importante reconfigurarmos não apenas a sociedade, mas a ciência, como a psicologia que durante muito tempo serviu de teorias e práxis voltada às populações eurocêntricas, sem considerar as diversidades dos povos latinos, crítica esta feita pelo próprio Martin-Baró (2017, p. 65), sendo com isto, importante pensar em uma nova psicologia, que não esteja voltada à uma população dominante eurocêntrica, mas que tenha um caráter de cuidado ético-político, fugindo da lógica positivista e aparentemente “neutra”, conforme cita Martin-Baró (2017, p. 67)

Nas ciências sociais o cientista não pode deixar de se sentir envolvido com os fenômenos que estuda, pois estes também se produzem nele. Se isso é verdade quando se aborda processos como memória, conhecimento ou emoção, o problema é ainda mais verdadeiro quando são abordados fatores que determinam a vida familiar, o trabalho cotidiano ou a definição do futuro. Eticamente o cientista não pode deixar de tomar posição frente aos fenômenos, mas a parcialidade decorrente de uma tomada de posição não elimina a objetividade. É um absurdo e um contrassenso pedir imparcialidade para quem estuda a drogadição, o abuso infantil ou a tortura. E se isto é claro em relação ao socialmente indesejável, por que não aceitar, também, uma necessária parcialidade diante daquilo que é socialmente desejável?

A fim de explicar a relação entre o ESTADO e a sociedade, a autora socióloga, autora de diversos livros, Saffioti (1994) reforça de forma crítica que o próprio ESTADO legitima as violências contra as mulheres de forma sutil, temática corroborada por Mattar e Diniz (2012, p. 108) “Ao terem de exercer a maternidade de forma compulsória, muitas mulheres perderam a autodeterminação sobre seus próprios corpos, que passaram a ser regulados por todos: Estado, sociedade e Igreja (...)”.

Com isto, o ESTADO mantém as violências sociais, pois há uma construção ideológica (Representações Sociais) de que a mulher deve calar e aceitar pacificamente todas as formas de violência, um processo de adestramento do corpo feminino, o que impede a mulher de se empoderar, e conseqüentemente se libertar das “amarras” ideológicas do lugar da maternidade como o bem maior da mulher.

A psicologia da Libertação (JUNIOR; GUZZO, 2022, p. 182-183) deve estar atenta a certos grupos oprimidos como mulheres em situações em que não se sintam aptas à maternidade, pois assim, tornam-se conscientes de si, tornando-se ativas socialmente escrevendo suas próprias histórias como uma verdadeira Libertação de algemas que foram impostas à muitas mulheres, pois precisaram durante muitos séculos; e ainda precisam gritar e brigar por seus direitos, como o direito aos seus desejos, direito de comando de seus corpos.

Esta luta por uma busca do lugar “ao sol” não é recente, tendo suas marcas de sangue e sofrimento, como ficou conhecida a luta de uma das primeiras feministas a buscar seus direitos por meio da Declaração dos Direitos da Mulher, o que levou a feminista Olympe de Gouges à guilhotina (PATERLE, 2009). Seu sangue e história ficaram de certa forma esquecidos pela fala de homens que tiveram seus nomes marcados nos livros de história da Revolução Francesa, uma marca que nos é bastante conhecida pela lógica Patriarcal.

Biopoder

Quando se discute a temática da maternidade, tem-se necessário uma reflexão sobre a lógica Biopoder que atravessa mulheres, especialmente em situações de pobreza e vulnerabilidade social, devido os valores morais que demonstram muitos profissionais de saúde, como em algumas temáticas “ardilosas” como o aborto (FLORENCIO, 2017), ou mesmo mulheres que abdicam de sua função materna. Quando se pensa na lógica do Biopoder, faz-se uma reflexão: Para quem os profissionais da saúde usam do Biopoder para cuidar ou fazer excluir- permitir a morte?

A partir da inferiorização destes sujeitos, há uma percepção, que ainda se perpetua pela correção/punição destes sujeitos que não se enquadram a partir de uma normalidade de uma visão Biomédica, como mostrou pela história dos tratamentos de psiquiatria, nos presídios e por que não dizer também nos sistemas institucionais como nas escolas e hospitais (FOUCAULT, 2008, p. 22).

Um dos grandes estudiosos da questão colonial na cultura, Homi Bhabha, que já foi Reitor da Universidade de Harvard, desenvolveu seu trabalho sobre os estereótipos culturais, recebido influências de Foucault e Fanon. O autor faz uma importante conceituação sobre os estereótipos e sua os processos de dominação e exclusão que são construídos socialmente.

A construção do sujeito colonial no discurso, e o exercício do poder colonial através do discurso, exige uma articulação das formas das diferenças - raciais e sexuais. Essa articulação torna-se crucial se considerarmos que o corpo está sempre simultaneamente (mesmo que de modo conflituoso) inscrito tanto na economia do prazer e do desejo como na economia do discurso, da dominação e do poder. (BHABHA, 1998, p. 107)

Bhabha (1998, p. 113) também discute de forma importante as relações que são construídas, como as formas de poder e conhecimento, que fica claro nas relações tornando-se visível a falta de simetria entre os sujeitos, o que reverbera para um submissão de determinados povos, que a partir de alguns estereótipos são colocados no lugar de selvagens.

Pensando na perspectiva de um cuidado ético-político para a libertação de corpos vigiados, tema amplamente discutido por Foucault (2008); um corpo que fica sempre a serviço de um sistema ideológico patriarcal, ou seja, mulheres que vivem para procriar devido o processo de crença do mito do amor materno, que vivem a servir essa maternidade “tão amada” (BADINTER, 1985, p. 248-249), mantendo com isto, um sistema dominante masculinizado.

É preciso que as próprias mulheres repensem seus valores ideológicos e não aceitem a violência institucionalizada pela sociedade e o ESTADO, pois uma mulher empoderada de sua cidadania e seus direitos poderá estar mais apta a se defender, e conseqüentemente sentir-se em igualdade de direitos aos homens, conforme ilustrou Lisboa e Manfrini (2005, p. 71) “(...) Inclui o propósito de revolucionar (desconstruir) a ordem dos poderes entre os gêneros e com ele a vida cotidiana, as relações, os papéis e os estatutos da mulher e do homem. Abrange de maneira concomitante, mudar a sociedade, as normas, as carências e o Estado.”

Trazendo um aprofundamento de questões sociais, há que se refletir como estas mulheres sentem e percebem o processo de criminalização, como muitas vezes fica subentendido para àquelas que abdicam de seus filhos e da maternidade, conforme mostra Azevedo (2003, p. 270) em que apresenta as falhas no sistema penal que rotula e criminaliza, sendo atravessado muitas vezes por interferência social e da mídia.

A resposta penal se converte em resposta simbólica oferecida pelo Estado frente as demandas de segurança e penalização da sociedade, expressas pela mídia, sem relação direta com a verificação de sua eficácia instrumental como meio de prevenção ao delito.

Este sistema punitivo não se mostra apenas no simbólico, mas de forma prática no âmbito jurídico e social de controle que visa o controle de valores e corpos, parafraseando Foucault (2008), por meio da prerrogativa do “Vigiar e Punir”, visto que, o que passa no imaginário popular e no campo Jurídico-médico é que estas mulheres precisam ser constantemente vigiadas, pois uma mulher “normal” não abdica de sua maternidade, e desta forma apresentam desequilíbrios emocionais e psíquicos, pois a lógica patriarcal é que uma mulher de “boa índole” ama seu filho incondicionalmente (Del Priore, 2020), atravessados pelo controle de corpos femininos, controle de natalidade e do processo de amamentação (DEL PRIORE, 2020, p. 98-101), conforme mostra Giffin (1991, p. 197)

Na atualidade, a reivindicação feminista para o controle do corpo tem colocado claramente a ideologia da dissociação entre sexualidade e reprodução, estabelecendo prioridade para a contracepção e o aborto legal como instrumentos de “libertação” da mulher, fundamentais na luta para uma maior igualdade — na sexualidade, e no exercício do trabalho remunerado

O controle aos corpos dá-se especialmente às populações periféricas e negras, que desde o processo do colonialismo foram associadas aos grupos de riscos, que eram considerados mais propensos ao crime, e com isto precisavam ser continuamente vigiados em seus comportamentos, valores e índoles, pois são as que mais abdicam da maternidade, visto que a maioria vivem em situações de pobreza e falta de recursos educacionais e consequentemente necessitam de Políticas de Assistência Social enviesadas pelo racismo estrutural que atravessa não só as políticas mas também os profissionais que deveriam cuidar de forma humanizada e ética destas mulheres e seus respectivos filhos, critica esta observada por Ramos e Gonçalves (2020)

A partir de um cuidado que não é humanizado, mas que parte de valores que o sujeito, no caso a mulher, devera obedecer instituições que repetem a retórica de uma maternidade posta de maneira “cristã”, do amor incondicional, devendo seguir normativas e uma obediência pacífica, pois o sujeito do saber (os profissionais da saúde e jurídico) sabem o que é o melhor, e com isto usam-se do Biopoder, que surge no final do Século XVIII como forma de introduzir uma medicina com função de higiene pública e medicalização da população (FOUCAULT, 2010, p. 205).

É a lógica do Biopoder que com sua soberania, regulamenta a vida, vida daqueles que podem e devem viver, disciplinando sujeitos. Este é um controle maior do sujeito para com as massas por meio de instituições como escolas e hospitais; instituições que são “(...) a um só tempo aparelho de disciplina e um aparelho de Estado (...)” (FOUCAULT, 2010, p. 210)

Desta forma, é importante pensar como nossa sociedade esta cada vez mais treinada e adequada política e socialmente para o controle das populações (BARACUHY; PEREIRA, 2013), um controle que não visa o cuidado, mas o controle de possíveis anormalidades sociais, este poder Biomédico que desenvolverá técnicas para o controle de tudo o que foge da norma social, como os sujeitos “anormais” (relacionados a determinada espécie), e ai faz-se o deixa morrer, pois precisa-se de uma sociedade composta de sujeitos sadios e da mais “pura raça”, ai constrói-se a lógica racista (FOUCAULT, 2010, p. 215).

Esta é função do ESTADO, construir uma lógica do Biopoder em que a sociedade só estará segura com sujeitos “normais”, que funcione dentro de um padrão que é esperado socialmente, com isto permitir a morte dos “desviantes”, não apenas a morte física, mas a exclusão e morte política, atravessados pelas relações do colonialismo, a temática do crime, as classes sociais, a loucura (FOUCAULT, 2010, p. 215- 216).

Com isto, o processo do Biopoder tem como umas das funções permitir a morte dos menos favorecidos como a população negra; este é um viés que corrobora-se no dias atuais quando, profissionais de saúde enviesados por esta ideologia dominante, ou seja, Representações sociais que são mantidas e construídas de que as ideias que estão fora da norma esperada torna-se um desvio do que é verdadeiro conforme Moscovici (2011, p. 15).

Com isto, estes profissionais deixam de oferecer cuidados humanizados, perpetuando violências institucionalizadas, posto que a Representação social que se mantém é que o negro ainda é visto como sujeito desviante, conforme Carneiro (2011, p. 15). Fato este que corrobora ao mito da equidade e democracia racial, como nos cuidados ginecológicos de mulheres negras (LOPES, 2004), reforçando com isto o poder de profissionais de saúde pelo corpo e decisões de mulheres negras e periféricas.

METODOLOGIA

O estudo realizado partiu da abordagem qualitativa com discussão teórico-crítica, considerando a temática sobre mulheres e o processo do Biopoder correlacionados com a Psicologia da Libertação, tendo em vista a importância destas no processo de Libertação de opressões sociais. A pesquisa se utilizou da Ênfase Teórica da Psicologia Social, como Martin- Baró e Foucault, contrapondo com autoras relacionadas com a vertente Feminista como Del Priore, Federici, Beauvoir, desde estudos mais atuais, até literatura das décadas de 80/90, discutindo com isto sobre a importância da consciência feminina sobre seus corpos e desejos. A emergência da pesquisa bibliográfica convergiu para mostrar o impacto que os processos do patriarcado e colonialismo, que ainda se mostram presentes na realidade de mulheres que precisam lutar contra a repressão e adestramentos de seus desejos por parte da sociedade.

DISCUSSÃO

Não somos santas, também não somos bruxas e demonizadas, somos mulheres imperfeitas, e não precisamos nem desejamos ser perfeitas e ideais, o que contradiz as ideologias construídas historicamente do lugar feminino, desde a antiguidade, até os dias atuais, visto que, sim, nós mulheres podemos ter uma participação ativa socialmente e politicamente em movimentos sociais e Revoluções para um processo de emancipação de seus corpos e independência, conforme Tilly (1994, p. 60-61)

Para que esta participação seja livre em todos os aspectos, inclusive politicamente, no sentido de nós, mulheres termos consciência de nossos direitos e deveres políticos é necessário um processo de emancipação não apenas das mulheres, mas de uma sociedade que caminhe em conjunto à um processo de libertação das opressões. Há que se pensar em um ESTADO que corrobore com liberdade de pensamentos e valores, visto que a opressão de povos latinos é o que mantém a dominação de nações desenvolvidas, fazendo com que determinados povos se adaptem pacificamente à pobreza e dominação (GOES; XIMENES; MOURA, 2015)

Mas como possibilitar que determinados povos, como mulheres em situações de fragilidade social se emancipem política e socialmente, e tenham poder sob seus corpos?

É necessária uma práxis que possa “ir além” do processo de libertação junto à autoconsciência do nosso poder sobre nossos corpos e pensamentos. E é justamente este “ir além” que deverá ser pensado a partir de uma realidade mais justa que possibilite uma educação participativa e crítica às mulheres, para que desta forma, estas possam decidir sobre suas vidas, e assim, autoras de seus destinos, como o desejo de manter uma gestação ou não, de abdicar ou não de sua maternidade, e desta forma, interpretar suas realidades de forma crítica e consciente, e conseqüentemente criar estratégias contrárias à lógica fatalista como mostra Freire (1996, p. 11)

Assim como mulheres devem ter direito a manter uma gestação e direito a criar seus filhos dignamente (BATISTA et al., 2018), o contrário também é verdadeiro, posto que, mulheres também deve ter o direito a receber procedimentos de aborto dentro das questões de segurança, assim como o direito de abdicar de sua maternidade na forma de adoção consciente, mas para isto é necessário uma educação política sobre direitos e deveres.

Esta educação não necessariamente estará relacionado apenas à sala de aula, mas torna-se “viva” quando mulheres participam de movimentos e ações sociais, trazendo temáticas sociais e de cunho político, no sentido de emancipação política, tornando-se mais ativas e empoderadas de seus direitos, como o direito aos cuidados em saúde de forma ética, direito à decisões sobre seus corpos, direito de viverem sua sexualidade de forma livre, direito de não serem oprimidas, visto que a concepção de mulher virtuosa e casta ainda reverbera fortemente nos dias atuais; uma trajetória árdua contra o moralismo em nossa sociedade colonialista (GEBARA, 2020, p. 11-12)

A violência que antes criticávamos apenas a partir da economia e da política, reaparece hoje em outras modalidades com a grande banalização da vida humana e da vida do planeta. Expande-se igualmente como violência crescente contra os corpos femininos e de muitas formas é corroborada pela sutil violência simbólica presente nas igrejas. É, pois, a partir dessas dores concretas especialmente das mulheres na sua diversidade social e cultural que os feminismos e a teologias feministas têm dado respostas que, com frequência, não se coadunam com as posturas morais das igrejas cristãs. As respostas fundamentam-se na crença na capacidade dos seres humanos de sentirem e agirem em favor dos outros, capacidade que evoluiu e tem evoluído desde a irrupção dos seres humanos.

Este é um processo de emancipação para as mulheres que deverá ser pensada de forma múltipla, que possibilite uma pensar libertador das opressões colonialistas, que traga uma educação reflexiva que liberte de uma lógica meritocrática e fatalista e que esteja distante de propostas moralistas cristãs (MARTIN-BARÓ, 2017; BOFF, 1980)

Desta forma, há que pensar que esta emancipação do lugar/papel das mulheres não será um processo fácil e tranquilo, visto que há um sistema de sociedade/ESTADO como uma engrenagem que “trabalha” em prol de um controle sob corpos doces, corpos que precisam ser controlados por Instituições Médicas- Jurídicas que estão em espaços de

poder- Biopoder (FOUCAULT, 2010) e assim traçando técnicas de adestramento em favor de um patriarcado, o que favorece o lugar do corpo feminino como um não-sujeito e que este poderá ser usado e explorado (FRANÇA; BRAUNER, 2018).

Assim, tanto a Psicologia da Libertação como a perspectiva do Biopoder são aspectos importantes de serem pensados em um sociedade democrática, que ofereça direitos justos e igualitários à indivíduos que são diferentes em suas complexidades históricas, a partir de um olhar da Interseccionalidade do ser mulher na atualidade com suas várias experiências que as colocam em lugares diferentes de status e poder, visto que determinados grupos de mulheres estão mais suscetíveis a sofrer violência, exclusão social e de cuidados em saúde pública, conforme Melo e Gonçalves (2010, p. 09)

Muitas das violências e exclusões sociais são construídas a partir da lógica do biopoder que é continuamente mantida pelo ESTADO, e conseqüentemente pela perspectiva da necropolítica, que se faz pela soberania da morte em vez da vida, como se vê a morte soberana nos campos de concentração (MBEMBE, 2016), sendo reforçada por Preussler e Silva (2019, p. 237) em que refere sobre a indústria da morte. .

Esta lógica da necropolítica se vê quando mulheres (não todas as mulheres, mas àquelas que se encontram em vulnerabilidade social, política e econômica) entendem que não terão direitos sob suas escolhas, direito aos seus corpos, “como se” estes não lhes pertencessem, o que se configura pelas atitudes, pois são compreendidas como sujeitos selvagens, que precisam ser adestradas em suas falas e comportamentos por instituições de poder como os profissionais da saúde que são atravessados por esta lógica (FOUCAULT, 2010), e assim perpetuam preconceitos que ainda se mantem vivas em sociedades patriarcais. Sociedades que ainda não compreendem que a mulher pode e deve estar no lugar do saber, um saber sobre seu corpo, seus desejos, sua própria vida. Este adestramento se faz pela concepção da maternidade “santificada” que precisa ser mantida a qualquer custo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, há que se pensar no processo de libertação de mulheres; para que elas tenham poder sob seus corpos e seus desejos, e consigam “fugir” das ideologias da maternidade idealizada- ou seja, a lógica patriarcal. É preciso que se construam novas ideologias, novas Representações Sociais, e isto só se fará possível a partir de construções de movimentos sociais, grupos comunitários e sociais que discutam fortemente o processo de conscientização de mulheres sob seus desejos, corpos, maternidade, visto que, mulheres com informação, autoconscientes e empoderadas politicamente não aceitarão regras de soberania de instituições de saúde, políticas e do ESTADO, ou seja, o Biopoder que se sabe que muitas vezes caminha junto à perspectiva colonialista-patriarcal.

Esta libertação política, emocional, educacional e religiosa não se fará em apenas um dia, mas com a força do legado feminino e com a construção de velhas e novas referências feministas há que compreender que muitas mulheres poderão se sentir fortalecidas, e com isto levar esta herança de conhecimento e confiança para suas filhas, sobrinhas, vizinhas, ou seja, toda a comunidade.

A partir destes movimentos poderemos compreender as engrenagens de determinadas estruturas sociais e assim, construir um trabalho que vise a Libertação-Liberdade, não aceitando pacificamente destinos que poderão ser transformados.

É fato que a Psicologia da Libertação tem um papel fundamental no processo da desconstrução das forças de poder que emitem infinitamente ecos da opressão; mas é necessário pensar em teoria e práxis que sejam aliadas como a Pedagogia e Teologia da Libertação, visto que povos oprimidos devem estar conscientes de forma holística, ou seja, de seus processos de conhecimento, aspectos educacionais políticos e uma fé que seja libertadora, e não caminhe pelo viés da culpabilização e pecado.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, C.L.; CASACA, S.F. A Vulnerabilidade à Pobreza das Mulheres Responsáveis por Famílias Monoparentais no Brasil e o Papel das Políticas Públicas. *Lisbon School of Economics & Management*. Universidade de Lisboa. 2021

ARAUJO, E. A Arte da Sedução: Sexualidade Feminina na Colônia. In Mary Del Priore. História das Mulheres no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

AZEVEDO, R.G. **Tendências do Controle Penal na Modernidade Periférica: As Reformas Penais no Brasil e na Argentina na Última Década**. Orientador: José Vicente Tavares do Santos. 2003.286 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

BADINTER, E. **Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. *E-Book*.

BATISTA, G.F.; et al. “É uma dor que não tem explicação, é uma vida da gente que eles tiram: Narrativas de Mulheres na Resistência pelo seu direito à Maternidade em Belo Horizonte- MG. **Saúde em Redes**, v. 04, n.1, p. 129-139, 2018. Suplemento 1. DOI: [h p://dx.doi.org/10.18310/2446-4813](https://dx.doi.org/10.18310/2446-4813).

BALUTA, M.C; MOREIRA, D. A injunção social da maternagem e a violência. **Revista Estudos Feministas**. v.27, n 02. 2019 Florianópolis (SC). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n248990>. Acesso em 20 nov. 2021

BARACUHY, R.;PEREIRA,T.A.A biopolítica dos corpos na sociedade de controle. **Gragoatá**, v. 18, n. 34, jul./ 2013. DOI: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v18i34.32974>

BHABHA, H. K. **O Local da Cultura**. Tradução: Myrian Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG. 1998.

BEBIANO, A.; RAMALHO, M.I. A Revista Crítica de Ciências Sociais e o Feminismo (1978- 2017). Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], Número especial. 2018. <http://journals.openedition.org/rccs/7709>.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. 4ª Ed. Tradução: Sergio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. *E-Book*.

BOOF, L. **Teologia do Cativo e da Libertação**. Petropolis: Multinova, 1980. *E-Book*. BOOF, L. **Igreja, Carisma e Poder**. São Paulo: Ática, 1994. *E-Book*.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: CF88_EC105_livro.pdf (senado.leg.br). Acesso em: 11 mar. 2022.

BRUGUÉ, J. et al. **Participación y democracia: asociaciones y poder local**. Dialnet. 2003
BUARQUE, C. Roda Viva. Rio de Janeiro: RGE CD 80.247: 1967.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CISNE, M. et al. Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres. **Espaço Temático: Serviço Social: Gênero, Raça / Etnia, Gerações e Sexualidade**, Florianópolis, SC, v. 21, n 03, pp. 452-470. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0259>.

COSTA, S.G. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Revista Estudos feministas**, v.10, n. 2. jul./ 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000200003>. Acesso em 09/01/2022.

CLETO, M.; et al. Mulheres-mães em situação de violência doméstica e familiar no contexto do acolhimento institucional de seus(as) filhos(as): o paradoxo da proteção integral. **Saúde Sociedade**, São Paulo, SP, v.28, n 03, pp 157-170. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170922>

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.1. jan./2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 09/01/2022.

DAMASKE, S.; BRATTER, J.L.; FRECH, A. Single Mother Families and Employment, Race, and Poverty in Changing Economic Times. **Social Science Research**. v. 62, pp. 120-133. 2017. DOI: 10.1016/j.ssresearch.2016.08.008

EMECHETA, B. As Alegrias da Maternidade. Ed. Dublinense. 2019. *E- Book*.

DEL PRIORE, M. **Sobreviventes e Guerreiras. Uma breve História da Mulher no Brasil de 1500 a 2000**. 2ª Ed. São Paulo: Planeta, 2020.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. *E-Book*.

FARAJ, S.P. et al. “Quero Entregar meu Bebê para Adoção”: O Manejo de Profissionais da Saúde. **Psicologia: Teoria e Prática**, v.32, n.1.jan. /mar. 2016.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa. Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. Editora: Elefante, 207.

FERREIRA, C.A.A.; NUNES, S.C. (2020, agosto). Mulheres Negras: Um Marcador da Desigualdade Racial. **Revista da ABPN**. Goiânia, GO, v.12. n. 33, pp 508-534. DOI 10.31418/2177-2770

FERREIRA, B.G. EXISTE ALEGRIA AO MATERNAR NO COLONIALISMO? notas de leitura sobre “As alegrias da maternidade” de Buchi Emecheta. **Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, [S. l.], v. 5, n. 12, 2022. DOI: 10.18764/2595-1033v5n12.2022.23. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/18640>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FRANÇA, K.V.; BRAUNER, M.C.C. O corpo feminino sob uma perspectiva foucaultiana: rumo à construção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil. **VII Seminário de Corpo, Gênero e Sexualidade**, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Tradução: Raquel Ramallete. 35º Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 2º Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

GEBARA, I. A Teologia da Libertação e as Mulheres. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 23. 2020. DOI: 10.5216/sec.v23.e61023. Acesso em 10/01/2023.

GOES, N. A.; XIMENES, V. M.; MOURA Jr., J. F. Relações da Psicologia Comunitária com a Libertação a partir da dialética dominação-opressão. **Revista Teoría y Crítica de la Psicología**, n. 6, 140-161. 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/19629>. Acesso em 08/01/2023.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244. 1984.

GIFFIN, K.M. Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social. **Cadernos de Saúde Pública**, v.7, n.2. jun./ 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1991000200005>. Acesso em 08/01/2022.

IOTTI, C.L. MÃES INVISÍVEIS: FATORES PSICOSSOCIAIS QUE LEVAM MULHERES A ENTREGAREM OS FILHOS PARA ADOÇÃO. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 5, n. 9, p. 453-471, 7 set./ 2020.

LANSKY, S. De quem é este bebê? Construção, desconstrução e resistência pelo direito de mães e bebês em Belo Horizonte. **Saúde em Redes**. v.4, n.1, p. 191-208, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18310/2446-4813>

LEÃO, F. E. et al. Mulheres que entregam seus filhos para adoção: um estudo documental. **Rev. Subj.** Fortaleza, v.14, n.2, p.276-283, ago./ 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692014000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2023

LERNER, G. **A Criação da Consciência Feminina. A Luta de 1200 anos da Mulheres para libertar suas mentes do Pensamento Patriarcal**. Tradução: Luiza Sella. São Paulo: Cultrix. 2022.

LOPES, F. **Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra**. In: Luís Eduardo Batista, Susana Kalckmann (Org.) **Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo 2004**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005.

MARTIN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017. *E-Book*.

MARTINS, B.M.C.; et al. Entregar o filho para adoção é abandoná-lo? Concepções de profissionais da saúde. **Psicol. ciênc. prof.** ; v. 35, n.4, p. 1294-1309, out./dez. 2015.

MATTAR, L.D.; DINIZ, C.S.G. Reproductive hierarchies: motherhood and inequalities in women's exercising of human rights. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.16, n.40, p.107- 19, jan./mar. 2012.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Arte e Ensaio**, n. 32. 2016.

MELLO, L.; GONÇALVES, E. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2157>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MINÓSO, Y.E. **Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina**. In: Heloisa Buarque de Hollanda (Org). Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais. 1º Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MIURA, P.O.; TARDIVO, L.S.P.C.; BARRIENTOS, D.M.S. O desamparo vivenciado por mães adolescentes e adolescentes grávidas acolhidas institucionalmente. **Temas Livres Ciência e Saúde Coletiva**. v.23, n5, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018235.14152016>

MOSCOVICI, S. **Psicologia das Minorias Ativas**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2011. 287 p.

MUNÓZ, L.A.; et al. Vivenciando a maternidade em contextos de vulnerabilidade social: uma abordagem compreensiva da fenomenologia social. **Revista Latino-Americana Enfermagem**. v. 21, n. 4. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/mKR3r9RkPZJJBVMVJ5LFSxP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 nov. 2021.

NASCIMENTO, M.L. Abrigo, Pobreza e Negligência: Percursos de Judicialização. **Psicologia e Sociedade**. v.24, n. espec., p. 39-44, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Cj3wKXhg7xYxhtgFjwcLzMfi/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 09 nov. 2022.

NASCIMENTO, M.L.; CUNHA, F.L.; VICENTE, L.M. D. A Desqualificação da Família pobre como Prática da Criminalização da Pobreza. **Psicologia Política**. v.14, n7, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 07 mar. de 2022.

NEPOMUCENO, L.B.; et al. Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. **Psico**, [S. l.], v. 39, n. 4, 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrio.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/3532>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SAFFIOTI, H.I.B. Violência de Gênero no Brasil atual. **Estudos Feministas**, n (espec), 2º sem./ 1994.

SILVA, V.F. **Sujeito da história ou reclusa de caixa de texto: um olhar feminista sobre as representações femininas nos livros didáticos de história**. In: Cristina Stevens; Susane Rodrigues de Oliveira; Valeska Zanello (Org.). Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2014.

SILVA, R.F.N.; CARVALHO, G.S. A construção da Santa Mãezinha e a Maternidade da Mulher Negra no Brasil Colonial. **Fragmentos de Cultura**, Goiás, v.31, n.3. 2021.

SILVA, M.J.M.; GUIMARÃES, M.R.P. Criminalização da interrupção voluntária da gravidez: uma análise epistemológica à luz dos direitos fundamentais da mulher. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/3774>. Acesso em 09/01/2022.

RIBEIRO, R.M.Q. História das mulheres e representações: a figura de Joana d'Arc nos livros didáticos de história. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v.11, n.1, jan./abr. 2019.

PEREZ, O. C.; MOREIRA, S. L. S; MOURA, J. T.V. Marcha Mundial das Mulheres e as estratégias de enfrentamento ao projeto autoritário no Brasil. **Confluente. Revista di Studi Iberoamericana**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 150–169, 2021. DOI: 10.6092/issn.2036-0967/13090. Disponível em: <https://confluente.unibo.it/article/view/13090>. Acesso em: 10 gen. 2023.

PREUSSLER, G.S.; SILVA, L.B. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **REDES: Revista Eletrônica Direito e Sociedade**, v. 7, n. 1. 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.18316/REDES.v7i1.5048>. Acesso em 10/01/2022.

RAMOS, A.L.O.; GONÇALVES, R. Entrega voluntária em adoção sob a perspectiva de cor/raça. **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, v.6. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6.p41>. Acesso em 09/01/2022.

TILLY, L. A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 3, p. 28–62, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722>. Acesso em: 10 jan. 2023.

TRUTH, S. **E eu não sou uma mulher? A Narrativa de Sojourner Truth**. Tradução: Osmundo Pinho. Ed. Ima Editorial. 2020.

VAZQUEZ, A.C.B. Fascismo e O Conto da Aia: a misoginia como política de Estado. **Espaço Tema Livre**, v. 22, n.3, p. 597- 606. Set./dez. 2019.

VELLEDA, K.L.; OLIVEIRA, S.G.; CASARIN, S.T. O aborto provocado e seus estigmas: uma problematização foucaultiana em enfermagem. **Cadernos PAGU**, n.64. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809444920220064001>. Acesso em: 11/01/2023.